



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

3ª CÂMARA CÍVEL – EMBARGOS DECLARATÓRIOS n.º 0185002-0/01

EMBARGANTE: ASPAC – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CIDADÃO

EMBARGADO: BANCO ABN AMRO REAL S.A.

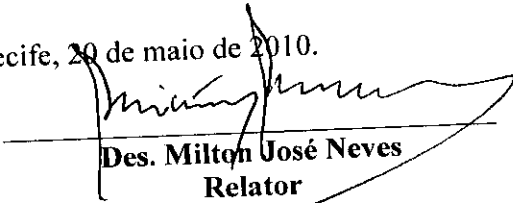
RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES.

ACÓRDÃO N.º 142/2010

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. INTUITO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS QUE NÃO É MERAMENTE INTEGRATIVO, E SIM DE REFORMA DA PRÓPRIA DECISÃO. FUNGIBILIDADE RECURSAL. DECISÃO QUE RECONHECE A CONEXÃO ENTRE O APELO E UM AGRAVO DE INSTRUMENTO ATACANDO OS EFEITOS EM QUE DITA APELAÇÃO É RECEBIDA, ORDENANDO A REDISTRIBUIÇÃO DO RECURSO À RELATORIA PREVENTA. ARTIGOS 67-B DO RITJPE E 559 DO CPC. NÃO FORMULAÇÃO DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PRECLUSÃO LÓGICA. AGRAVO REGIMENTAL QUE NÃO DEFLAGRA A REFORMA PRÉTENDIDA. 1 - Não paira dúvida quanto à necessidade da reunião dos recursos em comento sob uma única relatoria, para evitar decisões contraditórias. Na discussão em torno dos efeitos em que o apelo é recebido, quando se passa a verificar os eventuais prejuízos que a parte recorrente pode vir a sofrer, não deixa de existir dose mínima de antecipação sobre a possibilidade de reforma da sentença atacada. 2 - O julgamento por Câmaras distintas de recursos de agravo de instrumento e apelação, referentes a um mesmo processo originário, poderia acarretar inadvertida violação ao disposto no artigo 559 do CPC, que ordena o deslinde preferencial do agravo pelo mesmo órgão julgador. 3 - A parte recorrente utiliza-se de meio processual inadequado à formulação de conflito de competência, olvidando os termos do art. 116 do CPC e as normas regimentais que se referem ao incidente, sendo certo que, por força do julgamento deste agravo regimental, operou-se a preclusão lógica da oportunidade. 4 - "Para a caracterização da prevenção, cujo escopo maior é evitar decisões contraditórias, reclama-se, em linha de princípio, que as ações sejam conexas e que estejam em curso. Pode o órgão jurisdicional ficar prevento também por força de normas de organização judiciária local ou de natureza regimental, que, como cediço, não ensejam controle na via extraordinária do recurso especial." (STJ-4ª T., REsp 9.490-SP, rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. 6.8.91, não conheceram, v.u., DJU 9.9.91, p. 12.209)

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da **Terceira Câmara Cível** do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em rejeitar o agravo regimental, nos termos do voto do relator.*

Recife, 20 de maio de 2010.


Des. Milton José Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

02/15

3ª CÂMARA CÍVEL – EMBARGOS DECLARATÓRIOS n.º 0185002-0/01

EMBARGANTE: *ASPAC – ASSOCIAÇÃO DE DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CIDADÃO*

EMBARGADO: *BANCO ABN AMRO REAL S.A.*

RELATOR: *DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES.*

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos declaratórios interpostos contra decisão de minha lavra, que entendeu pela existência de conexão entre este apelo e um agravo de instrumento atacando os efeitos em que dita apelação é recebida, distribuído anteriormente ao Desembargador Antônio Fernando de Araújo Martins perante a 6.ª Câmara Cível, sendo Sua Excelência o relator prevento para julgar ambos os recursos.

Aduz, em síntese, que não há risco de serem proferidas decisões conflitantes, motivo pelo qual não deve a apelação ser redistribuída, sob pena de restar malferido o princípio do juiz natural.

Considerando o princípio da fungibilidade dos recursos, e verificando que o intuito dos embargos declaratórios não é meramente integrativo, e sim de reforma da própria decisão, recebo os presentes embargos declaratórios como agravo regimental.

Contudo, não me valho do juízo de retratação, submetendo a esta egrégia Câmara os fundamentos do *decisum* proferido.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

VOTO

Ementa: Embargos declaratórios recebidos como agravo regimental. Intuito dos embargos declaratórios que não é meramente integrativo, e sim de reforma da própria decisão. Fungibilidade recursal. Decisão que reconhece a conexão entre o apelo e um agravo de instrumento atacando os efeitos em que dita apelação é recebida, ordenando a redistribuição do recurso à relatoria preventiva. Artigos 67-B do RITJPE e 559 do CPC. Não formulação de conflito de competência. Preclusão lógica. Agravo regimental que não deflagra a reforma pretendida. 1 - Não paira dúvida quanto à necessidade da reunião dos recursos em comento sob uma única relatoria, para evitar decisões contraditórias. Na discussão em torno dos efeitos em que o apelo é recebido, quando se passa a verificar os eventuais prejuízos que a parte recorrente pode vir a sofrer, não deixa de existir dose mínima de antecipação sobre a possibilidade de reforma da sentença atacada. 2 - O julgamento por Câmaras distintas de recursos de agravo de instrumento e apelação, referentes a um mesmo processo originário, poderia acarretar inadvertida violação ao disposto no artigo 559 do CPC, que ordena o deslinde preferencial do agravo pelo mesmo órgão julgador. 3 - A parte recorrente utiliza-se de meio processual inadequado à formulação de conflito de competência, olvidando os termos do art. 116 do CPC e as normas regimentais que se referem ao incidente, sendo certo que, por força do julgamento deste agravo regimental, operou-se a preclusão lógica da oportunidade. 4 - *"Para a caracterização da prevenção, cujo escopo maior é evitar decisões contraditórias, reclama-se, em linha de princípio, que as ações sejam conexas e que estejam em curso. Pode o órgão jurisdicional ficar prevento também por força de normas de organização judiciária local ou de natureza regimental, que, como cediço, não ensejam controle na via extraordinária do recurso especial."* (STJ-4ª T., REsp 9.490-SP, rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. 6.8.91, não conheceram, v.u., DJU 9.9.91, p. 12.209)

Entendo não pairar dúvida quanto à necessidade da reunião dos recursos em comento sob uma única relatoria, para evitar decisões contraditórias. Na discussão em torno dos efeitos em que o apelo é recebido, quando se passa a verificar os eventuais prejuízos que a parte recorrente pode vir a sofrer com o resultado da demanda, não deixa de existir dose mínima de antecipação sobre a possibilidade de reforma da sentença atacada. Ademais, o julgamento por Câmaras distintas de recursos de agravo de instrumento e apelação, referentes a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

um mesmo processo originário, poderia acarretar inadvertida violação ao disposto no artigo 559 do CPC, que ordena o deslinde preferencial do agravo pelo mesmo órgão julgador.

Não bastasse isso, a norma do art. 67-B do Regimento Interno é cogente a respeito da prevenção no âmbito deste Tribunal, *verbis*:

Art. 67-B- A distribuição de mandado de segurança, de habeas corpus, de reexame necessário, de medidas cautelares e de recurso pendente torna preventiva a competência do relator para todos os recursos e pedidos posteriores, tanto na ação quanto na execução referente ao mesmo processo; a distribuição do inquérito, bem como a realizada para efeito de concessão de fiança ou decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa, prevenirá a da ação penal, com a devida compensação em todos os casos.

A jurisprudência não titubeia acerca da validade das disposições regimentais que velam pela prevenção. Senão vejamos:

Ementa: Para a caracterização da prevenção, cujo escopo maior é evitar decisões contraditórias, reclama-se, em linha de princípio, que as ações sejam conexas e que estejam em curso. Pode o órgão jurisdicional ficar preventivo também por força de normas de organização judiciária local ou de natureza regimental, que, como cediço, não ensejam controle na via extraordinária do recurso especial. (STJ-4ª T., REsp 9.490-SP, rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. 6.8.91, não conheceram, v.u., DJU 9.9.91, p. 12.209)

Caracterizada a conexão ou a continência e estando as demandas em trâmite perante a mesma instância, a sua reunião é impositiva, a fim de que haja coerência na solução das causas e se atenda à economia processual. Afirmando o caráter cogente do art. 105: RP 5/355, em. 54. (apud Thetonio Negrão, Código de Processo Civil e legislação em vigor, comentário ao art. 105).

Por fim, convém salientar que a parte recorrente utilizou-se de meio processual inadequado à formulação de conflito de competência, olvidando os termos do art. 116 do CPC e as normas regimentais que se referem ao incidente, sendo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

certo que, por força do julgamento deste agravo regimental, operou-se a preclusão lógica da oportunidade.

Desta forma, meu voto é no sentido de negar provimento ao presente agravo regimental, a que seja obedecido o comando da decisão que ordenou a redistribuição destes autos à relatoria preventa.

É como voto.